

QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA

Angela Maria Moura Costa Prates¹

Introdução

O modo de produção capitalista é um sistema organizado com uma meta definida: o lucro. Para conseguir isso, explora-se a força de trabalho da classe trabalhadora e os recursos naturais de forma desenfreada. Essa exploração gera o conflito entre capital e trabalho, chamado de Questão Social. Ela se apresenta das mais variadas formas, como fome, desemprego, doenças, violência, entre muitos outros. A questão ambiental é mais uma das expressões desse conflito alimentado pelo capitalismo. As intervenções sociais nessas demandas não são mais efetivas se empreendidas disciplinarmente. Acredita-se que as relações interdisciplinares são mais efetivas no enfrentamento dessas expressões.

A necessidade de se realizar intervenções sociais na perspectiva da interdisciplinaridade é uma discussão corrente. Esse viés

¹ Formada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); Especialista em Formação de Professores para a Docência no Ensino Superior também pela Unicentro; Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professora efetiva do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO).

começou a aparecer nas pautas sociais a partir de 1960, quando a crise universitária levou à compartimentalização das áreas do saber, na perspectiva de especializações. A partir de então, a formação dos profissionais passou a ser fragmentada e, conseqüentemente, o conhecimento também. Isso passou a fragilizar a compreensão dos objetos, tanto de estudo quanto de intervenção social.

O Serviço Social é uma das profissões que trabalha diretamente com as expressões da Questão Social que se manifestam das mais variadas formas, fruto do conflito entre capital e trabalho. Atualmente, a profissão percebe as conseqüências da degradação ambiental que recai sobre a humanidade, com especial enfoque sobre os trabalhadores, que são os mais atingidos pelos fenômenos ambientais, por serem desprovidos de recursos financeiros e materiais suficientes para se defender quando estes acontecem.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre a profissão de Serviço Social, a questão ambiental e a interdisciplinaridade. A questão ambiental exige o comprometimento e a articulação de várias áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, por se tratar de uma área de intervenção que exige profissionais para além do Serviço Social. O pressuposto que orienta a discussão sobre a crise ambiental é a compreensão de que as demandas que vêm aparecendo por conta da crise ambiental são fruto da lógica destrutiva vivenciada pela acumulação capitalista, onde em nome do lucro desenfreado, usa-se dos meios e recursos naturais sem a preocupação com a sua finitude. Sabe-se que, a partir do viés marxista, a crise ambiental está intrinsecamente relacionada à crise do sistema capitalista e sua forma de exploração.

1. Os paradigmas do conhecimento da humanidade: um olhar sob diferentes perspectivas

Ao longo do processo histórico, a humanidade foi desenvolvendo formas de conhecer os fenômenos que se apresentaram ao seu redor. Assim, o conhecimento evoluiu na história através de um processo de construção. Para compreender

isso, parte-se do pensamento de Kuhn (2001) que trata dos paradigmas das revoluções científicas. Para ele, “[...] um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHNS, 2001, p. 219). Os paradigmas trazem a percepção de como evolui a compreensão do ser humano sobre os objetos. Quanto mais se aprofunda o conhecimento sobre o objeto, pode acontecer uma mudança de paradigma. Assim, neste trabalho serão apontadas várias perspectivas de análise do desenvolvimento do conhecimento da humanidade.

Na Idade Média, a humanidade vivenciou o paradigma teocêntrico. Seu significado era: “Deus está no centro” (FERREIRA e BOMFIM, 2010). Ele era a fonte emanadora de conhecimento e da moral. Esse paradigma trouxe uma visão dualista e espiritualista do ser humano. A preocupação do saber estava pautada em conhecer quem era o homem e a mulher, como estes viviam, para onde iam, demonstrando, assim, a preocupação com a realidade celeste. A tradição cristã teve o monopólio do saber, inclusive sobre sua produção, assim como deteve também o monopólio sobre quem deveria obter o saber. Dessa maneira, o saber legítimo era obtido pela revelação e pela fé; e os humanos aceitavam de forma incondicional os dogmas como verdades legítimas, numa postura contemplativa. O papel do ser humano nesse paradigma era o de criatura, dependente de Deus, subordinado aos seus representantes, tanto da Igreja² quanto do Estado, uma vez que havia o regime de padroado: a feliz união entre Igreja e Estado; trono e altar. Essa foi a filosofia Patrística e Escolástica, porque desenvolvida pelos padres da Igreja Católica, numa tentativa de conciliar fé e razão (ARANHA e MARTINS, 1998). Esse paradigma apresentou uma separação entre mundo sensível e mundo das ideias. O conhecimento somente era possível através da fé que iluminava o ser humano, um ser imperfeito e, portanto, o avesso de Deus, ser perfeito. No entanto, um paradigma teórico funciona até que seja questionado por outra ‘verdade’. Faz-se necessário, então, que esse paradigma entre em

² Igreja Católica Apostólica Romana.

crise até que haja ruptura a partir de um outro conceito teórico que o reformule, criando, assim, um novo paradigma.

Dessa forma, a partir da Idade Moderna, no âmbito do Renascimento, começou a se instaurar outro paradigma dominante, chamado antropocêntrico, que tinha por escopo pôr “o homem no centro” de tudo, fazendo dele a medida de todas as coisas, buscando o rompimento com o paradigma anterior (FERREIRA e BOMFIM, 2010). O saber deixou de ser monopólio da tradição cristã, passando a ser pautado na experiência do ser humano, o qual é dotado de razão e adotou uma postura ativa na construção do saber. Aqui houve a separação entre fé e razão. A fé seria problema dos Padres da Igreja e a razão seria problema da ciência. Nesse paradigma, a fonte do saber advém da humanidade, enquanto um ser racional (racionalismo de Descartes) e um ser capaz de experimentar (empirismo de Locke). Para Aranha e Martins (1998), Descartes tem a dúvida como método de pensamento rigoroso, pois a dúvida possibilita a capacidade de pensar. Já o método cartesiano entendia que a vida era como uma folha em branco na qual as experiências cotidianas iriam deixando as suas marcas. Através desse paradigma, o ser humano descobriu a ciência e com ela passou a dominar o mundo, acreditando em sua emancipação. Além disso, acreditava-se que ele passaria de dominado a emancipado, porque construiria sua vida a partir de um saber científico e tecnológico, o qual o ajudaria a dominar o mundo. Esse paradigma ganhou ascensão a partir do desenvolvimento do capitalismo e da ascensão da burguesia.

A humanidade passou a utilizar o saber, a partir da ciência, para dominar o mundo numa perspectiva de liberdade individual. Fez uso de tudo o que pode para obter proveitos individuais e isso trouxe consequências importantes para a vida sobre o planeta. A partir do modo de produção capitalista, onde o lucro é a lei maior, o ser humano, como ser dotado de razão, passou a usar não apenas os elementos da natureza para a sua satisfação, mas também os outros homens e mulheres como elementos fundamentais para a obtenção da satisfação individual. Assim, percebe-se que o ser

humano, na realidade, não se emancipou, mas criou formas de dominação tão alienantes quanto no paradigma anterior.

Numa perspectiva pós-moderna, tem-se o paradigma chamado, emergente, segundo Boaventura de Souza Santos (2004). Esse paradigma é o biocêntrico ou ecocêntrico, que significa “A vida está no centro”. Nele, o saber está pautado em valores humanos e éticos, numa perspectiva de responsabilidade para com o futuro da vida no planeta (FERREIRA e BOMFIM, 2010).

No biocentrismo, o homem e a mulher são seres cósmicos, que dependem da relação com a vida como um todo, assim como dependem que ela, como um todo, esteja saudável. Sua preocupação central é colocar a vida acima dos valores econômicos. Se isso não acontecer, poderá haver a extinção da vida completamente (SILVA, 2002). A concepção de homem/mulher que se tem nesse paradigma é a de que eles são seres que integram a vida no planeta, e, portanto, responsáveis por eles. Eis um desafio, pois os humanos ainda pensam e agem de maneira egoísta. A preocupação com a sustentabilidade ambiental ainda é pautada no antropocentrismo, uma vez que se tem uma visão utilitarista dos bens naturais. Para a perspectiva biocêntrica, essa é a égide da degradação ambiental, pois os humanos não estão pensando a sustentabilidade pautada na justiça social, na qualidade de vida da geração presente e das futuras, mas a discussão de sustentabilidade ambiental é ainda pautada no uso racionado dos recursos naturais.

A concepção marxista aponta para algumas análises mais profundas sobre a questão ambiental. O pensamento marxista tem se deparado com importantes desafios, dos quais Foladori (1997) aponta três questões. A primeira são as transformações que vêm ocorrendo no universo do mundo do trabalho.

O crescimento do setor de serviços, a expansão da flexibilização do trabalho, os processos de automação, o trabalho em tempo parcial, etc são questionadores evidentes da vigência do trabalho assalariado e do papel da classe operária, como central na explicação marxiana das contradições internas do sistema capitalista suas tendências de evolução (FOLADORI, 1997, p. 140).

Marx dedicou a sua vida ao estudo e a crítica da sociedade capitalista. E, atualmente, seu pensamento tem sido desafiado pela segunda questão apontada por Foladori (1997) que é a decadência do socialismo real, que foi uma revolução que não deu certo, na concepção de alguns pensadores, como aponta Foladori (1997). Portanto, o “[...] desmoronamento de uma sociedade que pretendia converter-se em uma etapa de desenvolvimento superior ao capitalismo, certamente, questiona a possibilidade de que isto ocorra [...]” (FOLADORI, 1997, p. 140). E a terceira questão apontada pelo autor é a questão ambiental.

O capitalismo envolve duas formas de exploração: a extração da mais-valia, através do esgotamento da força de trabalho, e a exploração dos recursos naturais até a sua finitude. Ambas são realizadas pelo capital em nome do lucro. O esgotamento dos recursos naturais prejudica a vida sobre a terra como um todo. Isso tem gerado o que se tem chamado como crise ambiental. Para Foladori (1997, p. 141), a crise ambiental “[...] também constitui um desafio ao materialismo histórico como método e à teoria do valor-mais valia-lucro desenvolvida por Marx em *O Capital*”. De acordo com Foladori (1997), a crise ambiental na dimensão que atualmente está não foi prevista por Marx. Isso não significa que ele não estivesse interessado no futuro. Marx tratava das relações do ser humano com a natureza, de forma harmoniosa, como se o homem se tornasse um com a natureza. O desenvolvimento do capitalismo teria um lado bom, que seria a produção de riquezas, no entanto, teria um lado negativo, que em nome da produtividade se faria a destruição ambiental (ALTVATER, 1995).

Para Schons (2012, p. 71), a crise ambiental se mostra, em especial, nos espaços urbanos “[...] na quantidade do lixo, na desmesurada poluição das águas, no empobrecimento do solo, na queima das florestas – manifesta-se, em especial, pelo aquecimento global, como sendo mais uma crise do próprio sistema capitalista”. Para que se possa passar daquilo que seria apenas uma crise ambiental para uma questão ambiental faz-se necessário que haja mudança de paradigma, alerta Schons (2012). Por isso, pode-se dizer que é necessário sair do paradigma antropocêntrico e passar

ao biocêntrico. Mais que isso, é preciso dar-se conta que enquanto o sistema que organiza a sociedade for capitalista, os recursos naturais estarão em constantes ameaças. Portanto, a questão ambiental precisa ser olhada, analisada, criticada e enfrentada com um olhar crítico que pode ser adquirido a partir do viés marxista. Mas, enquanto a crise ambiental não é considerada como uma questão ambiental, ela pode ser analisada como uma expressão da Questão Social, conforme Schons (2012); e isso remete a uma crítica possível pela e na teoria marxista.

2. A questão ambiental na contemporaneidade

A crise estrutural do capital tem destruído o trabalho e a natureza, gerando, assim, a crise ambiental. Para Leff (2007), ela provém de dois elementos: por um lado “[...] é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta [...]”, e, por outro lado, “[...] é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro [...]” (LEFF, 2007, p. 61). A ânsia por lucratividade fez com que os capitalistas tomassem os recursos naturais na sua forma íntegra a ponto de não se preocupar com o seu aniquilamento. Para o autor, a segunda alternativa é a que mais explica a crise ambiental, pois está plenamente relacionada à expansão do modo de produção capitalista e sua sede de lucro. O processo de acumulação gera efeitos devastadores, tanto econômicos e culturais quanto sociais e também naturais, como “[...] aquecimento da terra, desflorestamento, contaminação de rios e mares, desertificação, extinção de fauna e flora, perda da biodiversidade entre outros, colocando em risco a vida no planeta” (PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 40). De acordo com os autores, existem várias concepções de crise ambiental. Uma delas é a reformista, considerada hegemônica, que acredita que o cerne da destruição ambiental é atribuído “[...] ao desperdício de matéria e energia, aos limites físicos e naturais dos recursos naturais, ao excesso da população, aos altos padrões de produção e ao

consumo, dentre outros [...]” (PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 42). Nesse sentido, a crise ambiental está diretamente relacionada ao modelo de desenvolvimento capitalista, que é, em sua essência, insustentável.

A corrente reformista acredita que os problemas ambientais estão aparecendo por conta da escassez e finitude dos recursos naturais. O relatório ‘Planeta Vivo’, produzido pelo WWF em 2008 “[...] revela que 20% da população mundial consomem entre 70% a 80% dos recursos no mundo. Esses 20% comem 45% de toda a carne e de todo o peixe, consomem 68% de eletricidade, 84% de todo o papel e possuem 87% de todos os automóveis” (PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 42). Isso quer dizer que se a degradação continuar seu curso, a partir de 2030 os recursos naturais entrarão em colapso, pois “[...] a demanda pelos recursos ecológicos será o dobro do que a Terra pode oferecer” (PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 42). Os autores concordam com a preocupação apresentada no relatório acima, mas apontam para outra dimensão que deveria preocupar estudiosos e governantes sobre a questão ambiental. Essa dimensão seria sobre os fins pelos quais se explora densamente os recursos naturais: “[...] são eles usados para produzir o quê? Para quem? Na satisfação de quais interesses? Para produzir tanques ou arados? Para servir à especulação fundiária ou para produzir alimentos? Para assegurar uma vida digna às maiorias?” (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, apud PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 42). A preocupação central não está relacionada à finitude dos recursos naturais, mas à aceleração de seu uso.

É por isso que a contradição entre os limites físicos e o desenvolvimento social parece ser equivocada, uma vez que a sociedade nunca se defronta em seu conjunto com limites físicos, pois, como muito bem esclarece Foladori (2001, p. 18), “a sociedade humana antes de deparar com limites naturais ou físicos está frente a frente com as contradições sociais” (PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 43).

Por isso a corrente reformista e neoliberal atribui ao desenvolvimento sustentável a solução para a crise ambiental. É

uma tendência discutir a sustentabilidade. Mas, como discutir sustentabilidade de um sistema que por sua natureza é insustentável? Para Mészáros (2001), não é possível um mundo sustentável sendo desigual. Não se pode discutir a sustentabilidade ambiental sem discutir a desigualdade social. Para Pinto e Zacarias (2010), o problema é que não se está preocupado em mudar a forma de produção e consumo altamente destrutivo, tanto para a vida humana, quanto para a vida biológica, mas foca-se em controlar a extração e consumo dos recursos naturais. Pinto e Zacarias (2010) criticam o Protocolo de Quioto, afirmando que:

Ele prevê, dentro dos marcos atuais, que a redução das emissões de carbono na atmosfera seja estabelecida dentro de um “limite médio” imposto globalmente. As nações ricas ganham o direito de poluir, aumentando a produção industrial e compensando suas emissões de carbono através de um mecanismo de mercado, ou seja, compram as cotas dos países pobres, possuidores de baixa atividade industrial, para manterem o crescimento econômico. Trata-se do velho princípio: “eu pago, eu poluo” (PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 44).

Na concepção dos autores, para poder enfrentar de fato os problemas ambientais, as estratégias deveriam ser outras, indo além do remediar e reformar. Esse modelo de desenvolvimento sustentável acaba favorecendo os países ricos e desfavorecendo os pobres e subdesenvolvidos.

Diante disso, os autores trazem a perspectiva crítica para discutir a questão ambiental. A partir dela, “[...] a chamada crise ambiental deve-se a um conjunto de variáveis interconexas, dadas em bases sociais, econômicas, culturais e políticas, estruturalmente desiguais, que conformam a sociedade capitalista” (PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 44). Por isso, não se pode atribuir a crise ambiental ao “[...] desenvolvimento tecnológico, o excesso de população, os altos padrões de produção e consumo, mas é de responsabilidade da lógica destrutiva da acumulação do capital” (PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 44). Toda a riqueza que se tem é construída a partir da exploração do trabalho, através da extração da mais-valia, e também

da extração dos recursos naturais. A lógica da acumulação capitalista e sua ânsia de lucro a qualquer preço, não importando se este seja cobrado da força de trabalho ou dos recursos naturais, gera os impactos ambientais, que repercutem na vida das pessoas e sobre o planeta. A partir desse viés, toda a produtividade no sistema capitalista não visa à satisfação das necessidades humanas, mas o lucro que faz girar o capital. É por esta lógica que estratégias remediadoras e reformadoras não podem resolver o problema ambiental. As demandas advindas da crise ambiental só podem ser enfrentadas numa outra sociedade, onde a satisfação do capital não esteja acima da satisfação das necessidades humanas. Assim, na nova ordem social deve existir uma reorientação da produção de riqueza: “[...] de limitadora e perdulária para a direção de uma riqueza de produção humanamente enriquecedora, com sua taxa de utilização ótima, antinômica àquela perigosamente decrescente” (PINTO e ZACARIAS, 2010, p. 47).

Como se pode perceber, os resquícios da exploração dos recursos naturais cobram um ônus dos humanos. Efeitos das tecnologias e do desenvolvimento desenfreado e desordenado do sistema capitalista estão gerando na natureza efeitos prejudiciais que respingam sobre os humanos, com maior impacto sobre aqueles que vivem oprimidos pela condição de pobreza. Um desses efeitos é o aquecimento global, como mostra Schons (2012, p. 71):

Vários estudos têm identificado que os que menos contribuíram e contribuem para o aquecimento global, os pobres, serão mais uma vez os mais afetados por ele porque não têm os recursos materiais e financeiros para se adaptarem e/ou se protegerem dos impactos que a mudança climática vem provocando. Estamos acumulando uma dívida ecológica e social global insustentável que, para além das populações em situação de pobreza domundo, compromete as gerações futuras.

A classe mais afetada é, pois, a classe trabalhadora, uma vez que ela não consegue se defender disso como a classe burguesa. Basta

olhar para as tragédias ambientais³ que vêm acontecendo nos últimos anos. As pessoas em situação de pobreza são as mais afetadas, seja porque moram em lugares irregulares, insalubres e de risco entre outros, seja porque seus recursos não são suficientes para protegê-las dos desastres ambientais. Assim, entende-se que a crise ambiental “[...] expressa hoje na quantidade do lixo, na desmesurada poluição das águas, no empobrecimento do solo, na queima das florestas – manifesta-se, em especial, pelo aquecimento global, como sendo mais uma crise do próprio sistema capitalista” (SCHONS, 2012, p. 70).

Para a autora, tanto a Questão Social, quanto a Questão Ambiental são frutos da mercantilização tanto do ser humano quanto dos recursos naturais. O capital explora todas as possibilidades de se gerar lucros. Desde a Segunda Guerra Mundial “a palavra de ordem passa ser ‘crescimento’, pouco importando a que custos, especialmente para as nações periféricas” (SCHONS, 2012, p. 71). Mas, pode-se perceber que houve crescimento e desenvolvimento? Sim, mas para quem? A que custo? A quem onera mais esse tipo de desenvolvimento, que prima pela extração desenfreada dos recursos naturais?

Pensar a questão ambiental na perspectiva marxista requer saber que a teoria marxista não é apenas um método que conduziria à verdade, mas uma concepção de homem, sociedade e da relação homem-mundo. Karl Marx viveu numa época muito diferente da atual, em que não havia uma crise ambiental como hoje. Sua obra não contém um volume específico sobre o assunto, porém, em seu conjunto, o revolucionário ocupou-se da relação entre homem e natureza, com uma preocupação com a exploração dos recursos naturais. Percebe-se, assim, que Marx “[...] previu a dimensão destrutiva do capitalismo, mesmo que, em determinadas partes, inclusive de sua obra principal, possa ser identificado um entusiasmo com a maquinaria e a sua crítica da técnica tenha sido direcionada principalmente ao seu uso” (ANDRIOLI, 2008, p. 19).

³ Para exemplificar, mostram-se algumas das tragédias ambientais que aconteceram recentemente em todo o mundo. Uma delas, de enorme impacto social, foram as enchentes no Estado de Santa Catarina, no sul do país. Outra catástrofe foram os desabamentos no Rio de Janeiro. E, ainda, os tornados e tempestades acontecidos nos EUA.

Mostra-se, dessa maneira, que ele previu a crise ambiental, antes mesmo do surgimento dos movimentos ambientalistas da era Moderna.

Marx (1971) mostra como o homem se relaciona com a natureza por meio do trabalho. O homem e a natureza constituem uma unidade, formando um único metabolismo. É por meio do trabalho que o homem se apropria dos recursos da natureza a fim de satisfazer as suas necessidades. Diferentemente dos animais, o ser humano é capaz de realizar um trabalho consciente, de se auto-reproduzir na sua relação com a natureza. Antes de materializar seu trabalho, ele é capaz de produzi-lo na sua mente. Isso é o que se chama de idealização, pois ele primeiro idealiza o objeto na sua mente para depois torná-lo matéria.

No entanto, Freitas, Nélsis e Nunes (2012) mostram que a partir do desenvolvimento do sistema capitalista, esse metabolismo único entre o homem e a natureza se quebrou. Aconteceu uma [...] “‘fratura metabólica’ que expressa a alienação entre o homem e a natureza que se dá pela especificidade do trabalho e de toda a cadeia produtiva, quando desenvolvidas no sistema capitalista” (FREITAS, NÉLSIS e NUNES, 2012, p. 42). É pelo trabalho que o homem se diferencia da natureza, mas é nessa mesma relação que ele também se aliena, em especial no sistema capitalista. Para Andrioli (2008, p. 17), a interação que existe entre ser humano e natureza na economia de mercado no capitalismo “[...] tende a ser eliminada e reduzida à relação do dinheiro, isto é, à pressão do mercado por um constante aumento da produção de mercadorias, que domina a ordem social em prejuízo do ser humano e da natureza”.

Para Chesnais e Sefati (2003, p. 43), o sistema capitalista tem um modo de reprodução de “[...] dominação social mundializada”. Assim, por detrás dos conceitos como questão ambiental ou ecológica, encontram-se as condições de reprodução social entre as classes trabalhadoras e burguesas presentes no sistema capitalista. Para eles, “a dominação repousa em bases onde o ‘econômico’ e o ‘político’ estão, inextricavelmente, emaranhados” (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 43). Os autores fazem uma crítica às palavras

“ecologia” e “meio ambiente”, e dizem que por trás delas existe certa neutralidade diante da realidade da exploração capitalista dos recursos naturais e também falta uma análise mais profunda da causa da crise ambiental.

As discursividades empreendidas pela grande mídia mostram dois vieses analíticos da questão ambiental, os quais são desviantes da verdade de sua causa. De acordo com Aguiar e Bastos (2012, p. 85), o primeiro viés mostra que “[...] a natureza tende a ser vista como uma entidade ultrapoderosa, vingativa para os desvarios ambientais do homem”. Essa perspectiva remonta a séculos passados, onde se acreditava que os deuses detinham o controle dos fenômenos ambientais e, dependendo das ações humanas, eles se vingavam. O segundo viés aponta a natureza “[...] como uma tábua rasa da mão humana, onde a tecnologia a modela no sentido de torná-la mais sustentável ou de fazê-la perigar” (AGUIAR e BASTOS, 2012, p. 85). A partir dessa perspectiva, seria a tecnologia a atuar sobre a natureza e não as relações sociais. São dois focos desviantes das reais causas de destruições ambientais.

Os mecanismos que levaram ao surgimento dos problemas ambientais estão presentes no sistema capitalista desde a sua origem.

Os dois mecanismos complementares de predação capitalista, dos quais se pode analisar o jogo e os efeitos, remontam à primeira fase do capitalismo. Um deles tem por fundamento a propriedade privada da terra e dos recursos do subsolo permitindo a apropriação das rendas. O outro repousa sobre uma das afirmações fundadoras da economia política (denominada, hoje em dia, de "ciência econômica") que os elementos do mundo natural, outros que a terra e o subsolo, inicialmente abundantes em demasia para serem facilmente submetidos, como hoje, a um mecanismo de apropriação ou de exploração privado – a água e o ar e, por extensão, a biosfera – seriam inesgotáveis e, portanto gratuitos (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 40-41).

Dessa forma, a crise ambiental tem origem e fundamento nos princípios de funcionamento do capitalismo e sua organização. Para

os autores, a consequência disso parte da organização política e econômica dos países. Apesar da tentativa dos países em empreender um controle da exploração dos recursos naturais.

Nem por isso, os governos dos países capitalistas desenvolvidos e as instituições internacionais deixam de engajar-se na via de um agravamento da situação pela ampliação de 'direitos a poluir' que sistematizam o caráter intangível da propriedade privada bem como o direito do capital à pilhagem da natureza (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 40).

Freitas, Nélsis e Nunes (2012, p.43) mostram que no desenvolvimento das economias os países periféricos sempre dependeram dos países centrais. E essa dependência “[...] está associada à exploração de seus recursos naturais, constituindo o Estado um ente indispensável a esse processo”. A exploração da natureza sem a preocupação com a sua preservação, tanto para a população atual, quanto para as gerações futuras trazem consequências para o hoje e para o amanhã. Nesse sentido, tanto Chesnais e Serfati (2003), quanto Schons (2012) mostram que a crise ambiental gera uma crise na vida humana, uma vez que a natureza é utilizada ao máximo, até a sua exaustão. Assim, fica impossível não associar as destruições ambientais e ecológicas à destruição da vida cotidiana dos trabalhadores.

Tomadas em seu conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida dos proletários são resultado dos efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, há décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites do capital financeiro (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 44).

Os autores criticam o cuidado que os governos de países desenvolvidos têm em impedir que a crise ecológica atinja o mais tardar possível a reprodução da vida dos donos do capital. Não

parece haver tanta preocupação com a classe trabalhadora na mesma proporção que há para com a classe burguesa.

Na esfera do ambiente natural, o capital representa uma barreira, ou mais exatamente uma ameaça premente para a humanidade – e, no imediato, para certas parcelas específicas dessa – mas não para o capital em si. No plano econômico, o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e até o ar, em “mercados”, isto é em novos campos de acumulação [...]. No plano político, o capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e para classes mais fracas. Em caso de necessidade, ele pode em último recurso dirigir toda a potência militar dos imperialismos dominantes para tarefas de “manutenção da ordem” em todas as partes do mundo em que as degradações das condições de existência dos povos, sob efeito das destruições ambientais, possam provocar levantamentos (CHESNAIS e SERFATI, 2003), p.42).

Aponta-se uma crise ambiental muitas vezes desvinculada da crise do capitalismo, como se a exploração capitalista da natureza não tivesse nenhuma relação com a crise ambiental (FREITAS, NÉLSIS e NUNES, 2012); (CHESNAIS e SERFATI, 2003); (FOLADORI, 1997). É uma negação de que a crise ambiental é gerada pela exploração capitalista. Nesse sistema, uma mercadoria necessariamente tem que ser fonte de lucro. Os recursos naturais também são mercadorias altamente lucrativas. A ciência está completamente à disposição dos donos dos meios de produção para que as descobertas científicas sirvam para aumentar a lucratividade. Sabe-se que no sistema capitalista não é possível uma relação entre homem e natureza sem o viés da exploração. Portanto, para Andrioli (2008, p. 19), nesse sistema “[...] não existe uma solução efetiva do problema sem a superação da sociedade capitalista, baseada na dominação mecanicista da natureza com o interesse voltado à constante e crescente expansão da produção em si”. É preciso caminhar para a construção de uma nova

sociabilidade onde o trabalho seja associado⁴, e, por isso, não haverá exploração do homem pelo homem e tampouco a destruição dos recursos ambientais. Assim, na perspectiva de Marx “[...] apenas um sistema socialista e comunista proporcionaria o desenvolvimento econômico voltado à satisfação das necessidades básicas humanas” (FREITAS, NÉLSIS e NUNES, 2012, p. 44).

3. O saber ambiental e a interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade se tornou, atualmente, o paradigma em voga para discutir as necessidades de intervenção em qualquer área, apesar de não ser um conceito novo. Ele existe desde a Grécia Antiga, pois já se tinha a compreensão de que a realidade era complexa e a intervenção nela precisa considerar vários ângulos (MINAYO, 2010). Mas, a partir do século XIX, a ciência moderna tratou de compartimentalizar o conhecimento “[...] com o argumento de que é impossível estudar um tema da realidade em sua totalidade e não existe nenhuma ciência capaz de dar conta do todo” (MINAYO, 2010, p. 438). Apesar disso, a autora afirma que continuou a existência de profissionais que acreditavam ser necessário um conhecimento mais totalizante, que pudesse enxergar a totalidade dos fenômenos a serem estudado.

A partir de 1960, quando houve uma crise universitária, em que a compartimentalização do saber e a separação entre sujeito e objeto de pesquisa começou a ser questionado, retomou-se a ideia de saberes articulados. Assim, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade nascem como forma de enfrentar a compartimentalização dos saberes manifesta nas especializações criadas pelas universidades. Foram empreendidas várias mudanças

⁴ O trabalho associado é discutido por TONET, Ivo. **Trabalho associado e revolução proletária**. Disponível em http://www.ivonetnet.xpg.com.br/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_REVOLUCAO_PROLETARIA.pdf Acesso dia 12 de novembro de 2012; Maceió, 2010.

de paradigmas, inclusive na área ambiental, onde “[...] o movimento ambientalista que, após a primeira crise do petróleo, passou a questionar o antropocentrismo no uso acelerado das riquezas do planeta e colocou em foco as razões da sociedade civil nas implicações dos objetos científicos” (MINAYO, 2010, p.438). Assim, a partir dos anos de 1960 e 1970 a ciência começou a discutir a necessidade do saber articulado, onde o sujeito não seja separado do objeto de estudos. Isso foi influenciado pela retomada do pensamento crítico da teoria social de Karl Marx, que visa à compreensão da realidade como uma totalidade complexa toda articulada.

Minayo é uma estudiosa da interdisciplinaridade e mostra um caminho de crescimento em relação a isso. Ela explica o conceito de multidisciplinaridade “[...] que constitui a justaposição de disciplinas, cada uma com suas teorias e metodologias próprias, cada uma no seu quadrado” (MINAYO, 2010, p. 436). As disciplinas não dialogam e são individualistas. Cada qual faz a sua parte de intervenção no objeto, sem conhecimento do que a outra área do saber quer ou está fazendo.

Outro conceito ainda apontado pela autora é a multiprofissionalidade “[...] que também diz respeito à múltipla articulação, agora de áreas profissionais. Ela acontece, geralmente, quando, para solucionar um problema complexo da prática, são necessários conhecimentos de vários especialistas” (MINAYO, 2010, p. 436). O que acontece nesse caso é a presença de vários profissionais num mesmo espaço interventivo, como, por exemplo, nos espaços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no qual a equipe mínima necessária é composta por assistente social, psicólogo, educador físico, etc., ou ainda nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que necessitam, além dos profissionais supramencionados, advogados, técnicos jurídicos, entre outros. Mas, a multiprofissionalidade não significa interdisciplinaridade, porque esta “[...] constitui uma articulação de várias disciplinas em que o foco é o objeto, o problema ou o tema complexo, para o qual não basta a resposta de uma área só” (MINAYO, 2010, p. 436).

Quem vai definir quais serão as disciplinas que farão parte do estudo ou da intervenção é o próprio objeto. Assim, a interdisciplinaridade não é uma ‘camisa de força’ para juntar profissionais ou acomodar interesses, mas “[...] quando demandada, ela responde a uma pergunta trazida por um tema, de tal forma que ultrapasse a multidisciplinaridade e a multiprofissionalidade, ao mesmo tempo em que conta com elas” (MINAYO, 2010, p. 436).

Uma relação interdisciplinar requer dos profissionais a construção de uma agenda comum, na identificação do objeto de estudo/intervenção, na escolha das teorias iluminatórias, na definição do método de análise e do uso das metodologias e estratégias. “Ao produto final da interdisciplinaridade, que inclui triangulação de perspectivas e métodos, chamamos transdisciplinaridade” (MINAYO, 2010, p. 437). É quando os profissionais adquiriram a capacidade de ultrapassar as fronteiras das disciplinas, rompendo com a fragmentação, com o *status* profissional, e construindo uma agenda comum dialogante.

Entretanto, Minayo (2010) alerta que para se pensar e intervir num determinado objeto é necessário considerar algumas questões:

[...] (1) sempre uma disciplina terá prioridade sobre outras por ser a que tem mais tradição, história e acúmulo de conhecimento sobre o assunto; (2) é evidente que essa preeminência não pode se constituir na anulação da contribuição das outras disciplinas; (3) o trabalho interdisciplinar nunca deve pospor a contribuição que vem de uma disciplina; (4) e na articulação entre disciplinas, é preciso que cada uma das áreas apresente conceitos e teorias capazes de ampliar e complexificar a compreensão do objeto (MINAYO, 2010, p. 439).

Para a autora, profissionais cujos conhecimentos de sua área são frágeis terão, certamente, dificuldades em dialogar com outras áreas do saber. Portanto, para uma eficiente relação interdisciplinar é necessário conhecimento sólido e segurança dos próprios conceitos para que se possa dialogar com os conceitos estranhos.

Todo objeto de estudo ou de intervenção requer uma pergunta norteadora. Primeiramente, essa pergunta precisa estar na agenda comum entre as disciplinas.

Do ponto de vista **metodológico**, a prática da interdisciplinaridade possui momentos próprios da definição compartilhada do objeto; momentos específicos do refinamento disciplinar; a discussão da articulação conjunta dos instrumentos; as análises disciplinares dos dados que demandam a compreensão e a interpretação específica, ou seja, de cada área; e a articulação interfertilizada das diferentes contribuições disciplinares de tal forma que o objeto pensado seja único e compreendido e interpretado em suas múltiplas dimensões (MINAYO, 2010, p. 441).

Com isso, os sujeitos poderão chegar a uma resposta coletiva para a questão inicial. Para que isso aconteça é necessário um diálogo de teorias, de conceitos, de linguagem, de perspectivas e métodos. “A interdisciplinaridade nos despoja da vaidade unidisciplinar, mas potencializa quem dialoga e contribui para abrir seus horizontes” (MINAYO, 2010, p. 442). A interdisciplinaridade bem vivida e articulada no respeito mútuo e diálogo permanente, pode iluminar os pontos cegos que a disciplinaridade naturalmente favorece.

A problemática ambiental não pode ser compreendida tendo o saber fragmentado e compartimentalizado. Para Leff (2007), os conceitos que se têm em torno do que seria a problemática ambiental influencia as estratégias e as tomadas de decisões quando do seu enfrentamento; requer conhecimentos articulados de várias áreas do saber, pois ela se apresenta complexa, com

[...] a natureza super-explorada e a degradação socioambiental, a perda de diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e a dissolução de suas identidades étnicas; a distribuição desigual dos custos ecológicos do crescimento e a deterioração da qualidade de vida (LEFF, 2007, p. 159-161).

Para enfrentar essas demandas é necessário se criar uma nova racionalidade ambiental, articulando várias áreas do saber.

A construção de uma nova racionalidade ambiental demanda a transformação dos paradigmas científicos tradicionais e a produção de novos conhecimentos, o diálogo, hibridação e integração de saberes, bem como a colaboração de diferentes especialidades, propondo a organização interdisciplinar do conhecimento para o desenvolvimento sustentável (LEFF, 2007, p. 162).

Foi justamente a complexidade da ‘questão’ ambiental que despertou nas profissões a necessidade de romper com o conhecimento fragmentado e disciplinar, pois as demandas ambientais exigem atuação de profissionais das mais variadas áreas do saber. Nesse sentido, “A inter e transdisciplinaridade que demanda o saber ambiental não é a busca de um paradigma globalizante do conhecimento, a organização sistêmica do saber, e a uniformização conceitual por meio de uma metalinguagem interdisciplinar” (LEFF, 2007, p. 163). Assim, o saber ambiental orientado para uma prática interdisciplinar, precisa romper com o paradigma que molda, atualmente, a formação, na forma de especializações nem sempre articuladas.

O especialista é aquele que possui um conhecimento cada vez mais extenso relativo a um domínio cada vez mais restrito. O triunfo da especialização consiste em saber tudo sobre nada. Os verdadeiros problemas de nosso tempo escapam à competência dos experts, que via de regra, são testemunhas do nada. A parcela de saber exato e preciso detida pelo especialista perde-se no meio de um oceano de não-saber e de incompetência (JAPIASSU, 1976, p. 8).

Isso é desafiador para as profissões, pois a formação curricular departamentalizada separa, não apenas as áreas do saber, mas, muitas vezes, fragmenta-se a si mesma nas várias disciplinas que oferece. Outra questão importante que as profissões precisam vencer são as relações de poder, o prestígio e o *status* de cada uma,

pois culturalmente elas se atribuem menor ou maior importância no mundo do conhecimento.

“A interdisciplinaridade proposta pelo saber ambiental implica a integração de processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade e esferas de racionalidade” (LEFF, 2007, p. 165). Implica, naturalmente, que as profissões assumam a questão ambiental como uma agenda comum, onde não haja a prevalência de *status* quando da intervenção. Construir uma agenda comum é um dos primeiros passos para a construção de um processo de aprendizagem da interdisciplinaridade.

Além da compreensão de que não é possível intervir nas demandas ambientais de forma fragmentada e isolada, a compreensão do fenômeno ambiental também precisa estar pautado por um olhar que enxergue a realidade como um complexo multidimensional. “O saber ambiental propõe a questão da diversidade cultural no conhecimento da realidade, mas também o problema da apropriação de conhecimentos e saberes dentro de diferentes ordens culturais e identidades étnicas” (LEFF, 2007, p. 169).

Já Tonet (s/d) não está preocupado em entender os conceitos de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade e pluridisciplinaridade. Para o autor, essas foram as formas encontradas pelas universidades para enfrentar a questão da compartimentalização dos saberes e da formação profissional. Assim, “[...] poderíamos afirmar que a crítica da interdisciplinaridade não é a crítica da transdisciplinaridade, mas a crítica do mundo que produz e necessita dessa forma de produção do saber” (TONET, s/d, p. 04). Da mesma maneira que se formam profissionais especialistas, as intervenções nas demandas sociais também acabam por sofrer a fragmentação e a justaposição de conceitos.

Dessa forma, o conhecimento da realidade social fragmentado, leva à intervenções fragmentadas e estéreis de efetividade e qualidade, e, principalmente, leva a olhar o ser social desconsiderando o fato de que ele é uma totalidade complexa, articulada e em constante processo (TONET, s/d). Nesse ínterim,

o autor considera equivocada a proposta da interdisciplinaridade quando ela não considera “[...] o pressuposto da dependência ontológica do saber em relação do mundo objetivo e sem buscar a origem, a natureza e a função social do processo de fragmentação, tanto material quanto intelectual e sem a superação da perspectiva moderna de cientificidade, podendo ser muito atraente, porém é inteiramente equivocada e fadada ao insucesso” (TONET, s/d, p. 13). A totalidade social não é a soma das partes ou a sua justaposição.

4. Questão Ambiental, Interdisciplinaridade e Serviço Social

A discussão sobre a questão ambiental, assim como sobre a interdisciplinaridade são temas emergentes das décadas de 1960 e 1970 do século XX e são consideradas problemáticas contemporâneas. Diferente de outras épocas, a problemática ambiental não é apenas problema das ciências naturais. À medida que esta pode ser vista como uma expressão da Questão Social, passou a ser foco de atenção do Serviço Social. Quando essa problemática passou a atingir a classe trabalhadora em seu cotidiano se tornou demanda para a profissão, uma vez que ela defende os trabalhadores num compromisso ético com eles.

Esse possível – e necessário – laço entre a profissão e a questão ambiental se dá no sentido de construção de conhecimentos para uma sociedade sustentada no equilíbrio social e natural, além da inevitável articulação política, necessária para o fortalecimento das idéias (*sic*) compartilhadas (PEREIRA, XAVIER e MILANEZ, 2007, p. 02).

Para as autoras, a questão ambiental é também uma questão política, porque é atravessada pelo debate sobre democracia e participação, os quais estão interligados. É onde o profissional “[...] necessita compreender a correlação de forças existentes, a fim de promover o diálogo entre a população e os demais componentes

envolvidos no jogo político” (PEREIRA, XAVIER e MILANEZ, 2007, p. 03). Compreender a correlação de forças é um passo importante para a possibilidade da interdisciplinaridade, pois para ela é necessário se despir de interesses particulares para assumir uma pauta comum. Em todos os campos de atuação, o Serviço Social garante direitos aos trabalhadores nas mais variadas políticas sociais dos mais variados campos sócio-ocupacionais. E a luta por garantia de direitos já lhe exige uma relação interdisciplinar, pois em todas as políticas sociais a profissão se relaciona com outras áreas do saber.

Na Assistência Social, o profissional de Serviço Social trabalha com um conjunto de profissionais de diferentes formações, como psicólogos, pedagogos, advogados, administradores, sociólogos, etc. Cada área do saber tem uma forma específica de atuação, mas todas precisam dialogar com as outras áreas do conhecimento, uma vez que a demanda é a mesma. O Assistente Social tem um papel fundamental, pois quando esse integra uma equipe de trabalhadores pode contribuir “[...] para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político de uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 2009, p.24). A perspectiva que deve orientar o trabalho interdisciplinar é a totalidade, na qual é possível olhar o usuário como parte das relações sociais, que exercem influência importante nas condições de vida do usuário e na criação de demandas que ele traz para os profissionais. A perspectiva de totalidade provém do método dialético, pautado na teoria social crítica de Karl Marx.

Para fortalecer a prática interdisciplinar é fundamental que os profissionais criem espaços para estudo coletivo de conceitos teóricos e metodológicos, momento para análise da realidade, respeitando a compreensão de cada área do saber e buscando perceber as divergências e convergências no anseio de formar uma agenda comum para a intervenção.

A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos (às) profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem

como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho (CFESS, 2009, p.25).

Outro aspecto importante na relação interdisciplinar é a formação continuada. Cada profissional precisa ter muito claro os princípios e conceitos que regem a sua profissão para que possa dialogar com as demais. Somente assim é possível perceber os pontos que apresentem divergências e/ou convergências quanto ao diálogo com outras áreas do saber.

Vale ressaltar que na prática interdisciplinar não pode haver sobreposição de uma profissão sobre outra, mesmo que essa tendência seja histórica, como é o caso da medicina⁵. Na relação interdisciplinar as diversas áreas do saber formam um conjunto profissional a ser articulado sempre na direção da garantia dos direitos dos usuários. Para isso é importante vencer o mito de achar que na relação interdisciplinar as profissões perdem a sua identidade (CFESS, 2012). Como estratégia de fortalecimento profissional e permanente consolidação da prática interdisciplinar é necessário que todos os profissionais (que buscam a interdisciplinaridade) participem de espaços coletivos como, por exemplo, os Conselhos de Direitos, além de participar de seus respectivos conselhos de profissão, pois, assim, é possível fortalecer-se tanto como área do saber, quanto como área do saber em diálogo constante com outra área do saber.

No campo de atuação sobre questão ambiental não é diferente. De acordo com Leff (2007), o saber ambiental envolve várias áreas do campo do conhecimento, pois a problemática ambiental é complexa e variada, exigindo, assim, profissionais de diversas áreas para a sua desmistificação. Em todos os campos onde atua o Serviço Social possui atribuições específicas, sempre na garantia de

⁵A Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de n.º 383/99 de 29/03/1999 caracteriza o assistente social como profissional de saúde, ou seja, que integra as equipes de saúde em qualquer tipo de instituição. Assim, a atuação do Serviço Social na área da saúde tem como pauta a garantia do direito ao acesso universal à promoção, proteção e recuperação da saúde dos cidadãos.

direitos dos trabalhadores e em diálogo permanente com outras áreas do saber.

A questão socioambiental traz para o Serviço Social demandas interdisciplinares, pois quando acontece um desastre ambiental os trabalhadores necessitam do atendimento de diversas políticas, como Assistência Social, Saúde, Habitação e outras. Embora a atuação do Assistente Social na questão ambiental esteja ainda na fase inicial, é fundamental que os profissionais pensem, articulem e provoquem as autoridades competentes para a questão das moradias localizadas em locais de risco. O profissional de Serviço Social tem a competência de pensar e planejar as políticas públicas. Então, uma política habitacional efetiva é necessária para a prevenção das tragédias ambientais. Porém, mais que isso, é preciso pensar a questão ambiental a partir de uma perspectiva de totalidade e de um método específico: o materialismo dialético. A partir daí se pode compreender que a crise ambiental decorre do modo de produção capitalista. E para que a crise ambiental tenha solução é preciso empreender a construção de uma outra sociabilidade. Mas, enquanto isso não ocorre, as práticas interdisciplinares são importantes para a construção de intervenções efetivas e qualitativas nas demandas ambientais.

Considerações finais

Ao longo da história, a humanidade foi dando respostas aos fenômenos que foram se formando a partir de suas relações sociais. Cada tempo histórico apresentou para o ser humano demandas e necessidades próprias. Isso fez com que homens e mulheres fizessem descobertas para a satisfação de suas necessidades. Foi assim que tivemos os paradigmas científicos, que mostraram o processo de construção do conhecimento da humanidade, próprios em cada tempo histórico, e estavam imbricados com as dimensões econômicas, sociais, políticas e principalmente culturais.

Desde o capitalismo, a humanidade passou a explorar os recursos naturais em demasia. Nem sempre houve a preocupação

com a preservação, por parte dos que detêm o poder e o capital, para a geração atual e para as futuras. Faz pouco tempo que governos e entidades empresariais passaram a olhar para a natureza como algo que acaba e a sua degradação traz consequências desastrosas para a humanidade, com especial enfoque para as pessoas que não possuem recursos suficientes para a sobrevivência digna. Mas o olhar que ainda se tem é voltado para uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, porém, como obter um mundo sustentável mediante um sistema que organiza a sociedade, que é em sua natureza insustentável? Para se construir um mundo sustentável é primordial desconstruir a desigualdade social.

O capitalismo é um sistema selvagem e cruel que vive da exploração da força de trabalho na retirada cada vez mais brutal de mais-valia. Além disso, explora os recursos naturais sempre com um único objetivo: o lucro. Na perspectiva marxista, justamente por essa característica vital do sistema, não é possível construir intervenções efetivas para solucionar os problemas da crise ambiental. Mas é possível construir intervenções que fundamentem a ideia da construção de uma outra sociedade, na qual não haja exploração do homem sobre o homem e na qual os homens possam relacionar-se com a natureza formando um metabolismo único. Portanto, é necessário que se compreenda a questão ambiental como sendo fruto do modo de exploração capitalista.

Na década de 1960, a comunidade acadêmica percebeu que precisaria de formas de enfrentamento das fragmentações do saber. Por isso, começaram a se fortalecer as discussões a respeito da interdisciplinaridade. O caminho para a superação do problema das intervenções fragmentadas seria a capacidade das várias áreas do saber abordarem um mesmo objeto sob diferentes perspectivas. Nesse sentido, um conhecimento articulado poderia proporcionar uma maior aproximação do objeto em questão, e, conseqüentemente, daria maior probabilidade de construir intervenções menos isoladas. Para isso, os profissionais precisam ser formados numa perspectiva de emancipação humana em que o saber é construído a partir da totalidade, pela qual se pode ir à raiz dos problemas sociais. Isso levaria a compreender que, mais que

pensar em intervenções interdisciplinares, é preciso conhecer as causas que geraram as necessidades interdisciplinares.

Quando se compreende o ambiente como sendo um complexo de múltiplos aspectos, entende-se que sua abordagem deve ser essencialmente interdisciplinar. Para que se possa crescer a capacidade de trabalhar de forma interdisciplinar, os profissionais precisariam olhar para o objeto de intervenção a partir de uma perspectiva de totalidade, onde as realidades complexas se articulam e são interdependentes. A metodologia de intervenção precisa possuir um caráter ontológico, que permitirá a produção de um conhecimento totalizante, onde produzir um saber totalizante e lutar por uma sociedade igual e emancipada constitui-se como dois momentos de uma mesma atividade revolucionária (TONET, 2013). O primeiro passo para uma intervenção interdisciplinar é a construção de uma agenda comum, observados os pontos divergentes e convergentes entre os profissionais dos vários campos do saber.

O Serviço Social é uma das profissões que trabalha pela construção de uma nova sociabilidade, na qual não haja a exploração do homem pelo o homem e na qual, pelo trabalho associado, os recursos naturais sirvam para satisfazer as necessidades humanas de todos os seres humanos. Enquanto se trabalha por esta nova sociedade, acredita-se que as relações interdisciplinares entre as áreas do saber são constituintes e constituidoras de intervenções mais efetivas e qualitativas no enfrentamento das demandas da questão ambiental.

Referências

AGUIAR, João Valente e BASTOS, Nádía. **Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo.** In.: Revista Katalysis (v. 15, n° 1, p. 84-94, jan/jun). Florianópolis, 2012.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A atualidade de Marx para o debate sobre tecnologia e meio ambiente.** In.: Revista Crítica Marxista (n. 27. p. 11 – 26). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires Martins. **Temas de filosofia.** 2ª Ed revisada – São Paulo: Moderna, 1998.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 383 de 29 de março de 1999.** Brasília, 1999.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais). Brasília, DF: CFESS, 2009.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais). Brasília, DF: CFESS, 2010.

CHESNAIS, François, SERFATI, Claude. **“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas.** In.: Revista Crítica Marxista (n. 16. p. 1 – 40). São Paulo: Boitempo, 2003.

FERREIRA, Fabíola e BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Sustentabilidade ambiental: visão antropocêntrica ou biocêntrica?** In.: Revista Ambientalmente Sustentável (xaneiro-decembro, ano V, vol. I, núm. 9-10, páxinas 37-51. Centro de

Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental Ed Galicia. São Paulo, 2010.

FOLADORI, Guillermo. **A questão ambiental em Marx.** In.: Revista Crítica Marxista (n. 04. p. 140 – 161). São Paulo: Xamã, 1997.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli, NÉLSIS, Camila Magalhães e NUNES, Letícia Soares. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável.** In.: Revista Katálysis (v. 15 n° 1, p. 41-51) – jan/jun). Disponível em <http://www.katalysis.ufsc.br/conteudo.php> Acesso dia 04 de agosto de 2013. Florianópolis, 2012.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** 4ª Ed – São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O capital.** (v. 1. n. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MÉSZAROS, István. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade.** (Texto lido na conferência da Cúpula dos Parlamentos Latino-Americanos. Caracas, 2001) Também publicado no site <http://www.meszaros.comoj.com/?q=node/15>. Acesso dia 07 de agosto de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 10º ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 1994;

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Disciplinaridade, Interdisciplinaridade e complexidade.** In.: Revista Emancipação (v. 10 n° 2: p. 435-442). Disponível em

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao> Ponta Grossa: UEPG, 2010.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 6ª Ed – São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

PEREIRA, Barbara Leite; XAVIER, Gabriella Souza e MILANEZ, Marcelly Malacarne. **O processo de inserção do Serviço Social na temática do meio ambiente**. In.: III Jornada Internacional de Políticas Públicas – Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. Universidade Federal do Maranhão (28 à 30 de agosto). São Luis, 2007.

PINTO, Vicente de Paulo dos Santos e ZACARIAS, Rachel. **Crise ambiental: adaptar ou transformar? As diferentes concepções de educação ambiental diante deste dilema**. In.: Revista Educação em Foco. (v. 14, n. 2, p. 39-54). Juiz de Fora: set 2009/fev 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHONS, Selma Maria. **A questão ambiental e a condição de pobreza**. In.: Revista Katálysis (v. 15, n. 1, p. 70-78, jan./jun.) Florianópolis, 2012.

SILVA, José Robson da. **Paradigma Biocêntrico: do Patrimônio Privado ao Patrimônio Ambiental**. Rio de Janeiro: Inovar, 2002.

TONET, Ivo. **Trabalho associado e revolução proletária**. Disponível em http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_REVOLUCAO_PROLETARIA.pdf . Acesso dia 12 de novembro de 2012; Maceió, 2010.

TONET, Ivo. **Interdisciplinaridade, formação e emancipação humana.**

Disponível

em http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/interdisciplinaridade_formacao_emancipacao_humana.pdf. Acesso dia 06 de agosto de 2013.

Recebido em 19/01/2015

e aceito em 14/04/2015.

Resumo: *A questão ambiental é uma das expressões da Questão Social manifestadas na contemporaneidade que tem intrínseca relação com a exploração do modo de produção capitalista. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre a profissão de Serviço Social, a questão ambiental e a interdisciplinaridade a partir da perspectiva marxista. Para isto, o caminho do pensamento (MINAYO, 1994) teve início nos paradigmas do conhecimento da humanidade, construídos ao longo do processo histórico. Em seguida tratou-se da questão ambiental na cena contemporânea, a partir da qual se fez um recorte para discutir o saber ambiental e a interdisciplinaridade pelo viés do Serviço Social. Conclui-se que no sistema capitalista não é possível soluções efetivas, mas é possível preparar o solo histórico para a construção de outra sociabilidade. Enquanto isso está em processo, a prática interdisciplinar é importante para as mediações junto às demandas ambientais.*

Palavras-Chave: *Serviço Social, Questão Ambiental, Interdisciplinaridade.*

Title: *Environmental question and Social Work: a marxist approach*

Abstract: *The environmental issue is one of the expressions of Social Issues raised in contemporary society that has inseparably linked to the operation of the capitalist mode of production. In this sense, this article aims to reflect on the relationship between the profession of social work, environmental issues and interdisciplinarity from a Marxist perspective. For this, the way of thinking (MINAYO, 1994) began in humanity's knowledge of paradigms, built along the historical process. Then treated the environmental issue in the contemporary scene, from which was made a cut to discuss the environmental knowledge and interdisciplinarity the perspective of Social Work. We conclude that the capitalist system can not effective solutions, but it is possible to prepare the historic ground for the construction of another sociability. While this is in process, interdisciplinary practice is important for mediation with the environmental demands.*

Keywords: *Social Services, Environmental Issues, Interdisciplinary.*
